

JORNAL PETROLEIROS

É HORA DE AVANÇAR!

LUTA PELO FIM DA ESCALA 6X1, COM REDUÇÃO DA JORNADA LABORAL,
É A PRIORIDADE DA CLASSE TRABALHADORA NESTE ANO ELEITORAL



Foto: Tânia Rego/Agência Brasil



É HORA DE AVANÇAR!

Estamos em um ano decisivo. O destino do Brasil e da Petrobrás depende de nós. Nas urnas e nas ruas vamos disputar o futuro da nação, com dois projetos antagônicos. Por um lado, um governo que cuida do povo, e tem como prioridade a soberania nacional e o bem-estar dos brasileiros e brasileiras.

Nesse sentido, é inegável o avanço no fortalecimento da Petrobrás como uma empresa a serviço dos interesses do país e não unicamente dos acionistas e do capital internacional.

Com dificuldades, é claro, e com fortes disputas internas no governo e na empresa, mas com potencial para seguir construindo um Brasil mais justo e menos desigual. Por outro lado, o que já sofremos na pele: o bolsonarismo.

A ultradireita não tem projeto para o Brasil a não ser a destruição do patrimônio da nação. Cada petroleiro e petroleira sabe bem quão difícil foi o período em que governaram o país. Fome, violência, descaso com o povo e tentativas de privatização da Petrobrás, cujos resultados sofremos até hoje.

É hora de avançar nas pautas da classe trabalhadora, como o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho, que analisamos neste Jornal Petroleiros, pautas que temos defendido e continuaremos defendendo nas ruas, nas instituições e onde seja necessário até a vitória. Precisamos estar juntos e fortes para derrotar a ultradireita, reeleger Lula e continuar avançando na conquista de direitos e na construção de um Brasil melhor para todos e todas.



Foto: Marilene Tomaz Silva / Agência Brasil

Mobilizações pelo fim da escala 6x1 têm ocorrido Brasil a fora

REDUZIR PARA INCLUIR: JORNADA DE TRABALHO E POTENCIAL DE EXPANSÃO DO EMPREGO NO BRASIL

Artigo por Marilene Teixeira*

A literatura recente sobre redução da jornada de trabalho no Brasil indica que sua diminuição não deve ser interpretada apenas como custo, mas como mecanismo de redistribuição do tempo, da renda e do emprego. A experiência histórica demonstra que a redução para 44 horas semanais em 1988 não gerou efeitos negativos duradouros sobre a atividade econômica, sendo absorvida por meio de reorganização produtiva e ganhos de produtividade. No contexto atual, o debate sobre a redução para 40 horas e a transição de escalas como a 6x1 para modelos como 5x2 ou 4x3 recoloca o tema no centro da agenda pública. Dados da PNAD Contínua revelam elevada incidência de sobrejornada, com impactos negativos sobre a saúde, aumento da rotatividade e dificuldades de conciliação entre trabalho e vida pessoal. Calcula-se que mais de 20 milhões de pessoas ocupadas trabalham acima das 44 horas semanais.

A redução da jornada possui ainda importante dimensão distributiva. O aumento da produtividade observado nas últimas décadas não foi acompanhado por diminuição proporcional do tempo de trabalho, contribuindo para a intensificação laboral e ampliação das desigualdades. Nesse sentido, reduzir a jornada constitui mecanismo histórico de redistribuição dos ganhos de produtividade entre capital e

trabalho, ampliando o tempo disponível para atividades essenciais à reprodução social, como cuidado, educação e participação social. Simulações econômicas indicam que seus efeitos dependem dos mecanismos de ajuste adotados. Cenários que incorporam reorganização produtiva e aumento de produtividade apontam impactos positivos sobre o emprego e a massa salarial.

Em um cenário de redução para 40 horas semanais, estima-se a geração de cerca de 610 mil novos postos de trabalho, especialmente em setores intensivos em trabalho, como comércio e serviços. Além disso, a medida pode reduzir rotatividade e adoecimento laboral. Dados do CAGED mostram que, em 2025, os desligamentos voluntários concentraram-se em ocupações de baixa remuneração e alta intensidade, como vendedores, faxineiros e atendentes, com rendimentos médios de cerca de 1,5 salário mínimo e jornadas extensas. Sob a perspectiva da economia feminista, a redução da jornada é particularmente relevante para as mulheres, pois contribui para redistribuir o trabalho de cuidado e ampliar sua inserção no mercado de trabalho. Assim, trata-se de uma política com potencial de gerar emprego, melhorar a qualidade de vida e enfrentar desigualdades estruturais.

* Doutora em desenvolvimento econômico e social, professora e pesquisadora do CESIT-IE da UNICAMP.



Foto: Vítor Peruch

Cibele Vieira, coordenadora-geral em exercício da FUP, representada em charge do artista Luciano Veronezi, durante seu discurso no evento

UM ANO DO EDISP MARCA LUTA E FUTURO DA PETROBRÁS

Ato relembra mobilização dos trabalhadores que reabriu prédio e aponta desafios da reconstrução da Petrobrás

por Vítor Peruch

Realizado dia 31 de março no Espaço Petrobrás de Cinema, na Rua Augusta, o ato que marcou um ano da reinauguração do Edisp, prédio administrativo da Petrobrás em São Paulo, reafirmou o papel da mobilização dos trabalhadores na reversão do fechamento da unidade e evidenciou que a reconstrução da empresa segue em disputa no cenário político.

A atividade reuniu petroleiros e petroleiras do Sindipetro Unificado para lembrar a luta que garantiu a reabertura do edifício, fechado em 2019 sob o argumento de “redução de custos”. Para a categoria, a medida fazia parte de uma ofensiva maior contra a estatal, intensificada após 2016, com venda de ativos, perseguição sindical e precarização das condições de trabalho.

O diretor do Sindipetro Unificado, Pedro Augusto, destacou o significado político do momento: “É um evento simbólico, um marco do ponto de vista político, que marca a retomada do projeto da Petrobrás como um instrumento de desenvolvimento nacional. O fechamento do prédio administrativo em São Paulo foi parte do projeto de desmonte da empresa, e fez com que muitos trabalhadores se espalhassem por diversas unidades na grande São Paulo, no Rio de Janeiro ou coworkings, onde é muito difícil manter uma relação institucional e um vínculo com outros trabalhadores, o que dificulta que os trabalhadores se sintam pertencentes à empresa”. Ele também ressaltou o impacto

humano: “O ato de hoje também tem essa dimensão de ser um marco para a qualidade de vida da categoria, que hoje está podendo voltar a trabalhar no Edisp, a ter um espaço que congrega diversos setores”.

Para Rodrigo Araújo, diretor do Unificado, a reconstrução passa necessariamente pela mobilização coletiva: “É muito bom poder estar aqui comemorando junto com os trabalhadores e trabalhadoras, que foram tão duramente atingidos por todo esse processo de desmonte. É importante essa participação, esse diálogo, pois são eles que constroem a Petrobrás todos os dias. O trabalho sindical dos trabalhadores e suas mobilizações são centrais para a reconstrução da Petrobrás, para que ela volte a servir a sociedade brasileira, essa é a nossa luta histórica. Precisamos seguir juntos e estar preparados para os momentos difíceis que poderão vir”.

A diretora do Unificado e da FUP, Cibele Vieira, reforçou o peso político do momento e alertou para os desafios que permanecem: “Às vezes a gente banaliza alguns simbolismos, e é preciso destacar o peso e a importância desse momento e desse prédio. Se fosse em outra conjuntura, em outra gestão, a gente nem estaria aqui, e se tivesse conseguido estar aqui não estaria comemorando, porque estávamos num contexto de desmonte. É muito representativo deste momento de reconstrução”.

Ela destacou ainda que o processo está

em disputa: “Infelizmente demora para reconstruir tudo o que foi desmontado, mas estamos conseguindo avançar. O problema é que esse processo de reconstrução de uma Petrobrás forte não está garantido. Novamente, essa categoria está no olho do furacão e em luta. A gente pede a cada um de vocês que não se omitam no debate que já está presente esse ano, a gente sabe muito bem que o que a gente passou vai voltar de uma forma muito mais agressiva, não só para as estatais mas para o Brasil, caso a ultradireita ganhe a eleição. Precisamos estar organizados coletivamente e nos fortalecer para evitar isso”.

Além do caráter político, o evento também reafirmou o vínculo histórico da Petrobrás com a cultura. Intervenções do cartunista Luciano Veronezi e apresentações musicais marcaram a programação, encerrada com repertório de Heitor Villa-Lobos por uma jovem bolsista apoiada pela empresa.

Diretor de programação do espaço, Adhemar de Oliveira sintetizou essa relação: “Este é um evento que também cumpre a função de contrapartida do patrocínio da Petrobrás ao espaço. A Petrobrás é uma empresa de energia e, durante 30 anos, apoiou a área da cultura, que também é energia, que movimenta ideias, projeta o país e coloca à disposição do mundo os modos de vida do povo brasileiro. Defender a cultura também é defender o Brasil”.



FIM DA ESCALA 6X1 E REDUÇÃO DE JORNADA UNEM GOVERNO E TRABALHADORES

Proximidade da aprovação gera expectativa na classe trabalhadora, que assim como o governo Lula tem fim de escala exploratória e redução de jornada de trabalho como prioridades

Por Marcelo Aguilar

O clamor é unânime entre os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros: a escala 6x1 tem que acabar. A maioria das pesquisas de opinião afirmam que mais de 70% dos brasileiros querem que essa escala inumana de trabalho deixe de existir. Diversas manifestações têm acontecido em todo o país com essa pauta, que inclusive foi o destaque da Marcha da Classe Trabalhadora, da qual o Sindipetro Unificado participou, e que foi organizada pelas centrais sindicais no dia 15 de abril em Brasília. Nessa mesma ocasião, as entidades entregaram em mãos do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de ministros de governo e do presidente da Câmara, a pauta da classe trabalhadora, na qual consta o fim dessa escala de trabalho, entre outras reivindicações.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, que esteve presente na reunião, afirma:

“Estamos no século XXI com uma escala de trabalho de dois séculos atrás, e isso é inadmissível. Acabar com essa escala é um clamor da sociedade brasileira, porque as pessoas precisam ter mais tempo para a família, para estudar e descansar. É uma demanda para a qual o Congresso Nacional tem que se sensibilizar”.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) afirma em nota técnica que essas lutas dos trabalhadores são “mais do que uma demanda por menor tempo do trabalho”, já que “representam uma luta pelo direito ao tempo livre, à saúde e a uma distribuição mais justa e humana do tempo entre vida e trabalho”.

PRIORIDADE DOS TRABALHADORES

A redução da jornada de trabalho sem redução de salário é uma bandeira histórica do movimento sindical de trabalhadores no Brasil e no mundo todo, assim como a colocação de limites legais para que não seja flexibilizada nem intensificada. Nesse sentido, as entidades de trabalhadores têm colocado o fim da escala 6x1 como uma prioridade no país. O coordenador geral do Sindipetro Unificado, Steve Austin, afirma:

“O fim da escala 6x1 e a redução da jornada laboral de 44 para 40 horas é sem dúvidas a pauta central da classe trabalhadora neste momento. Assim como na história de todo o sindicalismo a pauta da redução de jornada é um tema central, hoje a disputa nacional é o debate do fim da escala 6x1, um debate que está quente na sociedade, porque quem faz de fato essa jornada já clama há muito tempo pelo fim dela”.

Para Austin, a importância desse debate vai além de questões filosóficas: “O lazer e o descanso, além de serem direitos e humanamente necessários, não são meramente um elemento filosófico, eles trazem um debate para dinamizar a economia e melhoram a vida das pessoas. Com espaço na sua agenda para dedicar ao estudo, ao lazer, ao entretenimento, à saúde, ao exercício físico, à religião e outros tipos de afazeres fora do trabalho, as pessoas podem ser mais saudáveis e podemos ter uma sociedade melhor”. O coordenador geral do Unificado, afirma que “hoje o trabalho é um fator determinante para aumentar o estresse, através de uma pressão de produtividade, que traz uma baixa qualidade de vida e cada vez esfolta mais os trabalhadores. Você conseguir ter o mínimo de descanso, pelo menos dois dias de folga é fundamental para viver melhor”.



PRIORIDADE DO GOVERNO

A aprovação do fim da 6x1 parece iminente. O governo Lula enviou ao Congresso Nacional, em regime de urgência, no dia 14 de abril, um projeto de lei para alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que na prática acaba com a escala 6x1. A proposta prevê a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, garantindo dois dias de descanso remunerado com proibição de redução salarial. Ao mesmo tempo, o executivo iniciou uma campanha nacional pela aprovação. Porém, o presidente da Câmara, Hugo Motta, está dando prioridade à votação de outros dois projetos, o de Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais, que prevê a redução gradual da jornada de trabalho de 44 para 36 horas semanais ao longo de dez anos e o da deputada Erika Hilton, do PSOL de São Paulo, que propõe redução da jornada de 44 para 36 horas semanais, com jornada de quatro dias por semana.

O governo Federal tem deixado bem claro que o fim da escala 6x1 é uma prioridade e trabalha nesse sentido. No dia em que enviou o projeto ao Congresso, Lula escreveu em redes sociais:

“Hoje é um dia importante para a dignidade da família, de quem constrói o Brasil todos os dias (...) A proposta devolve tempo aos trabalhadores e trabalhadoras: tempo para ver os filhos crescerem, para o lazer, para o descanso e para o convívio familiar. Um passo para um país mais justo e com mais qualidade de vida para todos”.

Porém, o governo enfrenta um Congresso hostil, que acaba de rejeitar o nome indicado pelo presidente para o STF, e derrubar o veto de Lula ao PL da Dosimetria, que beneficia Bolsonaro e os golpistas de 8 de janeiro.

“Para que a 6x1 acabe, tem que ter muita pressão popular, dos trabalhadores e das trabalhadoras, de todo o movimento sindical, sobre deputados federais e senadores, porque os empresários não querem o fim da escala e fazem lobby no Congresso Nacional, que tenta empurrar a votação para depois das eleições. Não vamos permitir. A redução de jornada sem redução de salário é uma luta histórica da CUT e os sindicatos, com muitas conquistas. O fim da 6x1 será mais uma, afirma Nobre.



Foto: Marcelo Aguilar

ALGUMAS PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE O FIM DA 6X1

Por Walber Pinto, da CUT

COMO A REDUÇÃO DA JORNADA PODE IMPACTAR A ECONOMIA?

A redução da jornada pode estimular a economia, pois mais tempo livre pode levar ao aumento do consumo em áreas como lazer, cultura, educação e entretenimento. Isso pode gerar novos empregos e movimentar diferentes setores.

HAVERÁ AUMENTO DE CUSTOS PARA AS EMPRESAS?

Pode haver algum impacto, mas ele tende a ser limitado. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado em fevereiro deste ano, afirma que na indústria e no comércio, o custo operacional adicional ficaria abaixo de 1%.

A ESCALA 5X2 VAI AFETAR O FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO AOS DOMINGOS?

Não. A proposta não visa afetar o funcionamento do comércio, mas reduzir a jornada dos trabalhadores. A organização dos horários pode continuar sendo feita por acordos ou convenções coletivas.

QUANTAS PESSOAS TRABALHAM NA ESCALA 6X1 NO BRASIL?

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2023, dos 44 milhões de trabalhadores formais no Brasil, cerca de 31,8 milhões trabalham 44 horas semanais.

QUANTOS TRABALHADORES FAZEM MAIS HORAS DO QUE DETERMINA A CLT ?

Segundo o IBGE, cerca de 21 milhões de trabalhadores no Brasil cumprem jornadas superiores às 44 horas semanais previstas na CLT. Estudos indicam que trabalhadores com essa jornada (geralmente em escala 6x1) recebem, em média, salários significativamente menores do que aqueles com jornada de 40 horas.

Confira a nota técnica do DIEESE





Foto: Marcelo Aguilár

Queda de arrecadação coloca desafios para o sindicato e reafirma importância da filiação

SINDIPETRO UNIFICADO INTENSIFICA CAMPANHA DE FILIAÇÃO

Além da importância política, queda da arrecadação devido ao fim das mensalidades via INSS reforça importância de novas filiações

Por Guilherme Weimann

Nos últimos meses, os diretores do Sindipetro Unificado têm intensificado a campanha de filiação tanto de novos como de antigos petroleiros. E a motivação é bem objetiva: quanto mais trabalhadores filiados, maior o peso político do sindicato para negociar com a Petrobrás e suas subsidiárias – atualmente, o sindicato possui uma taxa de sindicalização de aproximadamente 60%. Mas, além disso, uma mudança na lei ocorrida no início deste ano também reforçou a importância de novos filiados, que com suas mensalidades sustentam a luta coletiva.

No dia 7 de janeiro deste ano, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 15.327/2026, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que proíbe descontos de mensalidades nas aposentadorias e pensões do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para associações e sindicatos. A decisão foi tomada após as descobertas da Operação Sem Desconto, conduzida pela Polícia Federal (PF) em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU), que investiga um esquema de fraudes em descontos indevidos que teria desviado R\$ 6,3 bilhões.

De acordo com as investigações, o

esquema teria ocorrido entre 2019 e 2024, e consistiu em descontos ilegais em aposentadorias e pensões destinadas a associações e sindicatos – muitas delas entidades de fachada. A PF descobriu milhares de assinaturas falsas e fotos tiradas sem o consentimento das vítimas para realizar os descontos indevidamente de suas aposentadorias e pensões.

Essa lei, sancionada com o objetivo de coibir de uma vez por todas as fraudes como essa, teve um efeito colateral expressivo no caixa dos sindicatos que possuíam autorização escrita de seus associados para que o desconto via INSS fosse realizado, como é o caso do Sindipetro Unificado.

Anteriormente à lei, o INSS repassava um valor mensal à Petros (fundo de pensão da Petrobrás), que somava uma quantia complementar que cada aposentado e pensionista tem direito e, desse valor total, realizava o desconto referente à mensalidade do associado do Sindipetro.

Com a nova lei, a Petros passou a descontar a porcentagem da mensalidade do sindicato apenas sobre a sua parcela do benefício total. Por exemplo, no caso de um aposentado que recebe 3 mil reais do INSS e mais 3 mil reais da Petros, anteriormente ele

contribuía com uma porcentagem sobre os 6 mil reais, que é o seu benefício integral. A partir de janeiro, com a nova lei, ele passou a contribuir com uma porcentagem apenas sobre os 3 mil que recebe da Petros.

Essa mudança trouxe uma queda significativa nas receitas do Sindipetro Unificado, de aproximadamente 20%. “Nós entendemos que algo deveria ser feito para acabar de vez com essa farra que associações fantasmas estavam fazendo sobre as aposentadorias conquistadas com tanto suor pelos trabalhadores. Mas, apesar disso, acreditamos que a lei não levou em consideração os sindicatos sérios como é o nosso, que possui uma participação ativa dos aposentados”, opina o coordenador do Sindipetro Unificado, Steve Austin.

No caso de categorias que não detém um fundo de pensão complementar, o impacto é ainda maior.

Diante desse cenário, a diretoria do Sindipetro Unificado está discutindo internamente ações que possam mitigar os danos a sua receita mensal, que mantém todas as estruturas das três regionais – Campinas, Mauá e São Paulo –, gastos correntes e salários dos trabalhadores.



Edirlei Rodrigo Crepaldi, candidato a diretor administrativo pela Chapa 61

Foto: Guilherme Weimann

RECORDE HISTÓRICO MARCA ELEIÇÕES DO CFT/CRTS E AMPLIA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

Com maior número de chapas já registrado e votação online obrigatória, pleito ganha força em todo o país; sindicato reforça importância da participação da categoria

Por Vitor Peruch

As eleições do Sistema CFT/CRTs para a gestão 2026/2030 entram em uma fase decisiva com o início oficial da campanha eleitoral, marcada por um cenário de forte mobilização da categoria e participação recorde. Segundo dados do Sistema WebVoto, divulgados no Portal das Eleições em 5 de março de 2026, o pleito registrou 1.002 chapas inscritas, reunindo 2.233 profissionais na disputa por 717 cargos entre o Conselho Federal e os 16 Conselhos Regionais – o maior número já registrado desde a criação do sistema.

O processo eleitoral, que ocorrerá nos dias 21 e 22 de maio em formato 100% online, reforça a importância da participação dos técnicos industriais, cujo voto é obrigatório. A adesão expressiva é interpretada como um sinal de amadurecimento institucional e maior engajamento da categoria nas decisões que impactam diretamente o exercício profissional.

Entre os candidatos à presidência do Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), Marcelo Cestari, da Chapa 7 – Inovetec, destaca a necessidade de modernização e transparência. “Nosso compromisso é construir um conselho que preste contas de forma clara e acessível, onde cada profissional saiba exatamente como os recursos estão sendo aplicados”, afirma. A proposta da chapa inclui medidas como auditoria externa independente, painéis públicos de dados e indicadores de retorno técnico.

No cenário regional, a disputa pelo CRT-SP também mobiliza profissionais. O técnico Edirlei Rodrigo Crepaldi, candidato a diretor administrativo pela Chapa 61 – Inovetec SP, ressalta a importância da representatividade. “A participação ativa dos técnicos é fundamental para fortalecer a nossa categoria e garantir que nossas demandas sejam efetivamente atendidas”, declara. Crepaldi é Técnico de

Manutenção no Terminal de Barueri da Transpetro e tem mais de 16 anos de empresa.

Já Luiz Elmar Beloti, que encabeça a mesma chapa estadual, defende uma atuação mais próxima da base. “Precisamos de um conselho presente, que dialogue com os profissionais e atue na defesa concreta das prerrogativas da nossa profissão”, afirma.

Além das propostas administrativas, temas como valorização da imagem do técnico industrial, inovação tecnológica e defesa do mercado de trabalho estão no centro do debate. As Chapas 7 e 61, por exemplo, propõem iniciativas como o “Protocolo 5D”, voltado à digitalização e desburocratização dos serviços, além de programas de capacitação alinhados à Indústria 4.0.

Para o diretor do Sindipetro Unificado, Rodrigo Araújo, o momento exige escolhas conscientes por parte da categoria. “É fundamental que os técnicos analisem as propostas e optem por projetos que realmente tragam avanços estruturais para o sistema. No nosso entendimento, há chapas que apresentam um conjunto mais consistente de soluções para os desafios atuais”, afirma.

Araújo ainda complementa que, para ele, “a defesa das prerrogativas profissionais, aliada à transparência e à modernização, deve ser prioridade. Por isso, é importante apoiar iniciativas que demonstrem compromisso real com essas pautas e com o fortalecimento da categoria como um todo”.

Com a campanha em andamento, o processo eleitoral se consolida como um dos mais relevantes da história do sistema, refletindo não apenas o crescimento da participação, mas também a busca por um modelo de gestão mais eficiente, transparente e alinhado às demandas contemporâneas dos técnicos industriais brasileiros.

JURÍDICO

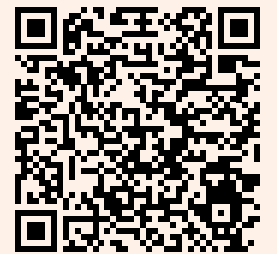


PETROBRÁS MUDA REGISTRO DO AHRA

Alteração não muda valores, mas pode ter efeitos individuais

A Petrobrás iniciou a troca da rubrica do AHRA na folha de pagamento de trabalhadores com decisões judiciais favoráveis. O adicional passa a ser registrado como isento de IR a partir de abril de 2026. O sindicato orienta buscar o plantão jurídico para avaliar possíveis impactos caso a caso.

LEIA MAIS
ACESSANDO
O QR CODE:



PLR 2019



EX-TRABALHADORES JÁ PODEM ADERIR

Adesão ao acordo deve ser feita online

Ex-empregados da Petrobrás ativos entre 1º de janeiro e 31 de março de 2019 já podem aderir ao acordo da PLR 2019. O procedimento é individual, obrigatório para receber o abono, e deve ser feito pelo Portal Família Petrobrás, com login Gov.br.

LEIA MAIS
ACESSANDO
O QR CODE:



CULTURA



SARAU REÚNE ARTE EM CAMPINAS

Quinta edição teve dança e apresentações culturais

A Regional Campinas do Sindipetro Unificado recebeu, em 25 de abril, a quinta edição do Sarau. Coordenado pela professora Juliana Couto, do Grupo de Dança Ouro Negro, o encontro reuniu apresentações artísticas e fortaleceu a cultura como espaço de convivência e expressão.

LEIA MAIS
ACESSANDO
O QR CODE:



INTERNACIONAL



PEDRO AUGUSTO DENUNCIA CRISE EM CUBA

Dirigente relata impactos do bloqueio dos EUA

Após missão solidária, o diretor do Sindipetro Unificado, Pedro Augusto, descreveu a grave crise vivida em Cuba, com falta de energia, alimentos e transporte. Ele aponta o bloqueio norte-americano como principal causa e defende ampliar a solidariedade internacional ao país.

LEIA MAIS
ACESSANDO
O QR CODE:



MEMÓRIA



WANDA CONTI, PRESENTE!

Militante histórica é homenageada em Campinas

Mais de 130 pessoas participaram da despedida de Wanda Conti, referência do sindicalismo petroleiro e pioneira entre as mulheres no movimento. Companheiros destacaram seu legado de luta, solidariedade e compromisso com a classe trabalhadora.

LEIA MAIS
ACESSANDO
O QR CODE:



MULHERES



PETROLEIRAS INICIAM ENCONTRO NACIONAL EM BH

Evento debate violência, direitos e igualdade de gênero

Mulheres petroleiras de todo o país participam, em Belo Horizonte, do Encontro da FUP 2026. A programação aborda feminicídio, desigualdades no setor e ampliação da presença feminina nos espaços de decisão. A atividade reforça a organização coletiva e a luta por direitos.

LEIA MAIS
ACESSANDO
O QR CODE:

